

## HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

## Estudo Técnico Preliminar 119/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64581.021181/2025-63

## 2. Descrição da necessidade

Os Hospitais Militares de Área do Exército Brasileiro constituem Organizações Militares de Saúde (OMS) com elevado grau de complexidade assistencial, responsáveis pela prestação de atendimento médico-hospitalar nas áreas de abrangência das respectivas Regiões Militares. No contexto do Município de Manaus-AM, destaca-se que o sistema de saúde do Exército Brasileiro atende aproximadamente 22.000 (vinte e dois mil) usuários, entre militares da ativa, da reserva, pensionistas e seus dependentes.

O Hospital Militar de Área de Manaus (HMAM), como OMS de referência no eixo amazônico, desempenha papel estratégico no atendimento à saúde dos usuários vinculados ao Comando Militar da Amazônia, abrangendo os estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Sua estrutura contempla serviços de média e alta complexidade, incluindo atendimento ambulatorial, internações em enfermarias, Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Centro Cirúrgico, além de assistência domiciliar (Home Care).

Diante desse cenário, a presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais hospitalares destinados ao atendimento das demandas da Farmácia Hospitalar do HMAM. Tal necessidade não se limita a uma reposição genérica de insumos, mas decorre de levantamento técnico detalhado do consumo histórico, perfil epidemiológico dos pacientes atendidos e especificidades dos serviços prestados pela unidade.

Os itens e subitens constantes do processo licitatório foram definidos com base em critérios técnicos, considerando:

- (i) a demanda contínua e regular dos setores assistenciais, especialmente UTI, Centro Cirúrgico e Enfermarias;
- (ii) a necessidade de garantir a segurança do paciente e a continuidade dos tratamentos;
- (iii) a padronização de materiais conforme protocolos clínicos institucionais; e
- (iv) a adequação às práticas de assistência farmacêutica hospitalar.

Adicionalmente, a especificação dos materiais visa assegurar compatibilidade com os procedimentos realizados, qualidade adequada ao uso hospitalar e conformidade com normas sanitárias vigentes, evitando desabastecimento, interrupções assistenciais ou riscos à saúde dos usuários.

Portanto, a contratação pretendida justifica-se de forma concreta e individualizada, não apenas pela missão institucional do Hospital, mas pela necessidade específica de aquisição dos itens discriminados, indispensáveis ao pleno funcionamento dos serviços de saúde prestados no âmbito do HMAM, contribuindo diretamente para a manutenção da qualidade, eficiência e segurança no atendimento aos usuários do sistema SAMED/FUSEX.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Farmácia Hospitalar	ANDREW ALVES DE SOUZA- CAP

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais a serem adquiridos neste instrumento licitatório devem possuir as especificações mínimas de acordo com tabela específica no Termo de Referência. Tais itens devem estar devidamente acondicionados em embalagens primárias e secundárias compatíveis com a natureza do objeto, e ainda, possuir registros de produtos na ANVISA (exceto os produtos considerados isentos). Devem possuir ainda, embalagem com informações em língua portuguesa, data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem, instrução de uso que orientem a utilização adequada do insumo, amostras devidamente identificadas, atender a unidade de fornecimento e ter qualidade no acabamento. Há necessidade ainda de adaptação e treinamento específico para o manuseio dos materiais referidos.

Os itens deverão ser entregues com pontualidade e eficiência, devendo ser transportados de forma que não haja prejuízo à qualidade do item. A periodicidade das aquisições será programada conforme a demanda e recebimento de recursos financeiros.

A adoção do Pregão Eletrônico está em conformidade com a Lei 14.133/2021, que preceituam sua utilização nos casos de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, especialmente em seus incisos I e II, que autorizam sua utilização nos casos de necessidade de contratações frequentes e de aquisições com entregas parceladas.

No presente caso, a utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão das características do objeto, que consiste no fornecimento de materiais hospitalares de consumo contínuo e recorrente, cuja demanda varia ao longo do tempo, não sendo possível a definição exata dos quantitativos a serem utilizados.

Ademais, verifica-se a necessidade de entregas parceladas, conforme a demanda da unidade hospitalar, respeitando-se os quantitativos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, bem como a possibilidade de futuras aquisições durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Tal modelagem visa garantir a continuidade do abastecimento dos insumos, evitando desabastecimento e prejuízos à assistência à saúde, especialmente em setores críticos, além de proporcionar maior eficiência na gestão de estoques e dos recursos públicos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços também está alinhada às boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle, ao permitir o planejamento das contratações e evitar aquisições emergenciais e fragmentadas, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE), na Rua Prof. Ernani Simão, 1421 – Cachoeirinha, Manaus- AM, 69065-060, Hospital Militar de Área de Manaus. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira de 07:00h até 12:00 na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), o desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

A entrega dos itens deverá ser efetuada em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. Além disso, a nota fiscal deverá conter as seguintes informações: dados bancários, lote, validade, fabricação dos materiais e número de empenho, bem como o CNPJ condizente com a nota de empenho.

Só poderá ser admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr 6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

Para a aceitação das propostas durante a realização do certame, essas deverão conter:

Número do Registro na ANVISA para os produtos ofertados;

Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.

O prazo de vigência da ata será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente.

Como documento de habilitação, deverá ser exigido do licitante a apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).

Visando lograr êxito no certame, tendo em vista as especificidades dos materiais a serem adquiridos e conforme a Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, será considerado:

- Art. 49 em que não se aplica o disposto nos art. 47 e 48, quando: “o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”. Todavia, serão tidas na participação da concorrência.

O pregoeiro solicitará à empresa licitante classificada em 1º (primeiro) lugar, o CATÁLOGO (descritivo técnico do material e equipamento, quando for o caso), editado em português, referente ao produto ofertado no sistema, devidamente identificado. O referido catálogo será encaminhado por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro. Se o catálogo apresentado pelo primeiro classificado não for aceitável o pregoeiro examinará a proposta do segundo classificado para análise de sua aceitabilidade. Seguir-se-á com a verificação do catálogo e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

A periodicidade das aquisições será conforme a demanda de consumo do Hospital e recebimento de recursos financeiros, portanto, não há como prever uma periodicidade exata da aquisição dos materiais descritos acima.

Em relação a data de vencimento dos produtos, quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 70% (setenta por cento) a partir da data de fabricação; Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 80% (oitenta por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses materiais, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

### **Participação de Pessoas Físicas**

Em observância ao disposto no art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021, os editais e avisos de contratação devem, em regra, possibilitar a participação de pessoas físicas, em atenção aos princípios da isonomia e da justa competição.

Todavia, conforme previsto no parágrafo único do referido dispositivo, admite-se a restrição à participação de pessoas físicas quando a natureza do objeto exigir requisitos incompatíveis com a atuação individual, tais como estrutura operacional mínima, disponibilidade de equipamentos, instalações adequadas, equipe técnica especializada ou capacidade logística compatível com a execução contratual, desde que devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar.

No presente caso, considerando que a contratação pretendida envolve o fornecimento contínuo e parcelado de materiais hospitalares, destinados a atender demandas de média e alta complexidade assistencial, verifica-se a necessidade de que o contratado disponha de:

- estrutura logística apta ao armazenamento e transporte de insumos, em conformidade com normas sanitárias vigentes;
- regularidade junto aos órgãos de controle sanitário, especialmente quanto ao registro e à comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária;
- capacidade de fornecimento contínuo e em escala compatível com a demanda institucional;
- mecanismos de controle de qualidade, rastreabilidade e suporte técnico, quando aplicável.

Tais exigências evidenciam a necessidade de organização empresarial estruturada, com capacidade técnico-operacional incompatível com a atuação de pessoa física.

Dessa forma, com fundamento no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, conclui-se pela inviabilidade da participação de pessoas físicas na presente contratação, medida que não compromete a competitividade do certame, mas, ao contrário, assegura a adequada execução do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **Garantia da Contratação**

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser avaliada à luz das características do objeto e dos riscos envolvidos na contratação.

No presente caso, após análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela **não exigência de garantia da contratação**, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, de natureza padronizada, amplamente disponíveis no mercado e com múltiplos fornecedores aptos à sua execução.

Ademais, a execução contratual não apresenta elevada complexidade técnica ou operacional, sendo os riscos de inadimplemento considerados reduzidos e passíveis de mitigação por meio dos instrumentos ordinários de gestão e fiscalização contratual.

Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, sem trazer benefícios proporcionais à Administração, especialmente diante da ampla oferta de fornecedores no mercado de materiais hospitalares.

Por fim, a Administração dispõe de mecanismos suficientes para resguardar o interesse público, tais como a aplicação de sanções administrativas, penalidades contratuais e demais medidas previstas na legislação vigente.

Dessa forma, a não exigência de garantia da contratação mostra-se medida adequada e proporcional, em conformidade com os princípios da razoabilidade, da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **Margem de Preferência**

Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens manufaturados nacionais e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, conforme regulamentação específica do Poder Executivo federal.

No presente caso, após análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que **não se aplica a adoção de margem de preferência** para os itens/grupos objeto da presente contratação.

Tal conclusão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- inexistência de regulamentação específica vigente que estabeleça margem de preferência aplicável aos materiais hospitalares pretendidos;
- diversidade de origem dos produtos disponíveis no mercado, muitos dos quais importados ou com cadeias produtivas internacionalizadas, dificultando a aplicação objetiva do critério;
- necessidade de priorizar a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem restrições que possam comprometer o regular abastecimento da unidade hospitalar;
- natureza do objeto, que exige foco em requisitos técnicos, sanitários e de qualidade, independentemente da origem do produto.

Dessa forma, conclui-se, de forma devidamente fundamentada, pela **não incidência de margem de preferência** na presente contratação, em conformidade com a legislação vigente.

## 5. Levantamento de Mercado

A Instrução Normativa 65/2021, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizaram-se os incisos I e III do 5º art. da referida instrução normativa.

Realizou-se uma vasta pesquisa de mercado com o intuito de encontrar empresas que pudessem fornecer esses materiais, de acordo com os requisitos técnicos pré-estabelecidos.

A modalidade de licitação adotada será Pregão Eletrônico SRP, atendendo ao inciso I do artigo 28 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e conforme Incisos I e V do artigo 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução a ser contratada consiste no fornecimento contínuo e parcelado de materiais hospitalares, destinados a atender, de forma integrada e ininterrupta, às demandas assistenciais do Hospital, especialmente dos setores críticos como Centro Cirúrgico, Central de Material e Esterilização (CME), Unidade de Terapia Intensiva (UTI), enfermarias, ambulatórios e demais unidades assistenciais e de apoio.

Os quantitativos estimados e as especificações técnicas dos materiais constam nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) elaborados pelas seções requisitantes, tendo sido definidos com base no histórico de consumo, na média de procedimentos realizados, no perfil epidemiológico dos pacientes atendidos, na capacidade operacional instalada e na necessidade de manutenção de estoques mínimos de segurança, a fim de evitar desabastecimento e prejuízo à continuidade dos serviços de saúde.

A contratação contempla todos os elementos necessários à plena execução do objeto, incluindo aquisição, acondicionamento adequado, transporte em conformidade com as normas sanitárias, logística de distribuição e entrega programada, garantindo o abastecimento regular dos setores demandantes. A logística deverá observar, quando aplicável, condições específicas de armazenamento e transporte, tais como controle de temperatura, proteção contra umidade e integridade das embalagens, assegurando a qualidade dos materiais até sua efetiva utilização.

Os materiais hospitalares deverão atender rigorosamente aos requisitos de qualidade, segurança e desempenho, sendo obrigatória a conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes e a regularização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável. Deverão apresentar embalagem íntegra, rotulagem adequada, identificação do lote, data de fabricação e validade, além de garantir rastreabilidade, especialmente para os materiais utilizados em procedimentos críticos, como os destinados ao Centro Cirúrgico e à UTI.

No âmbito da CME, os materiais deverão ser compatíveis com os processos de esterilização adotados pela unidade, garantindo segurança microbiológica e integridade física após o processamento. Para o Centro Cirúrgico e a UTI, os insumos deverão atender a padrões elevados de qualidade e confiabilidade, considerando o risco assistencial envolvido e a necessidade de resposta imediata em situações críticas.

Quando aplicável, será exigida garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como suporte técnico do fornecedor, especialmente para itens que demandem orientação quanto ao uso, armazenamento ou manuseio. Tais exigências se justificam pela necessidade de reduzir riscos assistenciais, evitar perdas por uso inadequado e assegurar o desempenho esperado dos insumos utilizados nos procedimentos de saúde.

A solução adotada demonstra-se técnica e economicamente vantajosa, uma vez que promove a padronização dos materiais utilizados na instituição, contribui para a racionalização dos estoques, reduz desperdícios, melhora o controle logístico e assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de garantir suporte adequado às atividades assistenciais.

As exigências de qualificação técnica e econômica dos licitantes serão estabelecidas de forma objetiva, proporcional e compatível com a complexidade do objeto, limitando-se ao necessário para assegurar a capacidade de fornecimento contínuo e a qualidade dos materiais. Poderão ser exigidos, dentre outros, comprovação de aptidão para fornecimento de materiais hospitalares, regularidade sanitária, licença de funcionamento e, quando aplicável, autorização junto aos órgãos competentes.

Ressalta-se que, ainda que a legislação preveja hipóteses de dispensa de exigências de qualificação, como nos casos de entrega imediata ou contratações de menor valor, a eventual manutenção dessas exigências será devidamente justificada pela criticidade dos materiais hospitalares, pelo impacto direto na segurança do paciente e pelo risco de descontinuidade dos serviços assistenciais, especialmente em setores sensíveis como UTI e Centro Cirúrgico.

Por fim, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, encontra respaldo no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, combinado com os arts. 3º, incisos I e V, do Decreto nº 11.462/2023, sendo a solução mais adequada para contratações com demanda variável, recorrente e imprevisível, garantindo maior eficiência, economicidade, flexibilidade e continuidade no abastecimento dos insumos hospitalares

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada foi calculada de acordo com o levantamento das demandas, acrescida de uma margem de segurança, estimativa realizada sob orientação dos setores assistenciais, onde foram tabulados os quantitativos usuais informados pelos setores responsáveis e histórico de anos anteriores, fornecidas pelo relatório do SISCOFIS (Ferramenta de gestão patrimonial e de materiais nas unidades gestoras do Exército Brasileiro), em anexo. O agrupamento dos itens verificados em grupos faz-se necessário na medida em que os itens ora pertencentes a esse conjunto devem, obrigatoriamente, ser compatíveis entre si. Em processos de aquisição anteriores quando licitados de forma parcelada, a presente aquisição poderá resultar em itens incompatíveis, ocasionando a despadronização de insumos utilizados em rotinas internas, trazendo prejuízo tanto para os pacientes quanto para a Administração. Os itens agrupados guardam compatibilidade entre si, permitindo a participação daqueles fornecedores que não dispõem de capacidade para execução da totalidade do objeto e preferem participar de grupos específicos. Embora o objeto seja divisível, o parcelamento da solução causaria prejuízo para o conjunto, com potencial perda de economia de escala, obstaculizando a amplitude de participação de licitantes.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 16.510.074,24

Valor (R\$): R\$ 16.510.074,24 (Dezesseis milhões, quinhentos e dez mil, setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

O custo estimado desta aquisição e o respectivo valor máximo foram apurados mediante consulta no painel de preços, solicitado de orçamentos com empresas fornecedoras e buscas por sítios eletrônicos.

A pesquisa de preço foi realizada em acordo com a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

Para estabelecer o preço estimado de cada item utilizou-se a média de 3 (três) valores de materiais com as mesmas especificações.

A definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do Gestor Público. Esse foi o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão 4952/2012 – Plenário, que diz:

*“A definição da metodologia a ser empregada no processo de elaboração de pesquisa de preços se encontra nitidamente dentro do espaço de escolha discricionária da administração”.*

Justifica-se o uso da média como parâmetro, devido ao fato que o menor preço pode se tornar inexecutável levando ao insucesso do certame com licitação deserta, pois a logística para a Região Norte eleva preços de produtos e serviços a um custo bem maior que o de outras Regiões do país.

Ante o exposto, reputa-se justificada a metodologia utilizada para a pesquisa de preço.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A análise acerca do parcelamento do objeto foi realizada em observância ao princípio do parcelamento, previsto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual as contratações públicas devem, sempre que tecnicamente viáveis e economicamente vantajosas, ser divididas em itens, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número possível de licitantes.

Sob o aspecto conceitual, considerou-se também o disposto no art. 87 do Código Civil, segundo o qual bens divisíveis são aqueles que podem ser fracionados sem prejuízo de sua substância, valor ou finalidade. Assim, a definição quanto à divisão ou não do objeto deve levar em conta não apenas sua natureza, mas também os impactos técnicos, econômicos e gerenciais decorrentes dessa decisão.

No presente caso, embora se reconheça, em tese, a viabilidade de parcelamento da solução, verificou-se a necessidade de estruturação do objeto em grupos de itens, em razão de características específicas que recomendam a sua contratação conjunta. Ressalta-se que a formação de grupos não afasta o dever de motivação, devendo estar amparada em justificativas técnicas e econômicas individualizadas.

A opção pela aglutinação de determinados itens em grupos decorre de fatores como:

- (i) a necessidade de compatibilidade técnica entre os itens;
- (ii) a busca por ganhos de economia de escala;
- (iii) a otimização da gestão contratual; e
- (iv) a mitigação de riscos relacionados à execução fragmentada do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta observa o princípio do parcelamento, na medida em que a eventual aglutinação de itens foi devidamente justificada com base em critérios técnicos, econômicos e gerenciais, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações, no sentido de adequar o ambiente do órgão ou o pessoal para o recebimento dos materiais a serem adquiridos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Hospital Militar de Área de Manaus (HMAM), observando as diretrizes estratégicas estabelecidas em seu Plano de Gestão, especialmente no que se refere aos Objetivos Estratégicos Institucionais (OEO), com destaque para::

- **OEO-01. Aprimorar e otimizar continuamente a assistência de saúde à Família Militar;**
- OEO-02. Integrar e compartilhar as informações assistenciais, gerenciais e de tecnologia da informação;
- OEO-03. Institucionalizar a Humanização do atendimento e a segurança do paciente;
- OEO-04. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentário-Financeira;
- OEO-05. Projetar o Hospital no meio civil;
- **OEO-06. Otimizar a aquisição e o controle de insumos e equipamentos hospitalares;**
- **OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM); e**

- **OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA.**

A aquisição de materiais hospitalares contribui diretamente para a execução das iniciativas estratégicas previstas, tais como a adequação dos serviços às normas vigentes, a implementação de protocolos assistenciais, a melhoria da gestão de insumos e o fortalecimento da capacidade resolutiva da unidade hospitalar.

No que se refere ao Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto no art. 12, inciso VII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto nº 10.947/2022, destaca-se que:

- A presente demanda foi devidamente analisada sob a ótica do planejamento das contratações;
- Considerando a natureza jurídica e organizacional do Exército Brasileiro, aplica-se a hipótese de dispensa prevista no parágrafo único do art. 1º do

Decreto nº 10.947/2022, que desobriga os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica da elaboração do Plano de Contratações Anual nos moldes estabelecidos para os demais órgãos da Administração Pública Federal;

- Ainda assim, a contratação observa os princípios de planejamento, eficiência e governança, estando compatível com as necessidades institucionais previamente identificadas e formalizadas no âmbito do HMAM.

Adicionalmente, o setor de contratações do HMAM atestou que a presente demanda está alinhada aos instrumentos internos de planejamento e gestão, tendo sido considerada necessária e prioritária para a manutenção das atividades assistenciais.

Além disso, contempla, nos itens de Planejamento Estratégico e Plano de Ação, a pormenorização dos Objetivos Estratégicos Institucionais. Relacionamos abaixo os de interesse para este certame:

OEO	Fator Crítico de Sucesso	Iniciativas
OEO-01. Aprimorar e otimizar continuamente a assistência de saúde à Família Militar	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.1-Adequar as Clínicas e Serviços às normas vigentes, 9.2 - Instituir programas de melhoria da assistência à saúde, 9.3 - Otimizar a tele saúde/telemedicina, 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares, 9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.11 - Incrementar as atividades de ensino e educação continuada na área de saúde, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário, e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.
OEO-06. Otimizar a aquisição e o controle de insumos e equipamentos hospitalares;	Recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.4 - Modernizar a solução de tecnologia da Informação e 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares.
OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM);	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.
OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.

Dessa forma, resta devidamente demonstrado que a presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento da Administração, tanto sob a perspectiva estratégica quanto operacional, evidenciando aderência aos objetivos institucionais do HMAM e às diretrizes de governança das contratações públicas. A demanda está formalmente identificada, motivada e integrada aos instrumentos internos de planejamento, refletindo necessidade concreta e

atual da Administração. Ademais, observa-se a conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, bem como com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos correlatos, afastando-se, assim, qualquer indício de contratação desarticulada ou desprovida de respaldo técnico e institucional

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de material médico-hospitalar, encontra-se devidamente alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) vigente no âmbito desta Organização Militar de Saúde, em conformidade com o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e no inciso II do §1º do art. 8º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 16 de julho de 2021.

O PLS, instituído como instrumento obrigatório de governança nos termos dos arts. 6º e 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, e estruturado conforme a Portaria SEGES/ME nº 5.376, de 14 de setembro de 2023, estabelece diretrizes para a promoção de contratações sustentáveis, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, em consonância com o planejamento estratégico institucional e as leis orçamentárias.

No contexto da presente contratação, verifica-se aderência às diretrizes do PLS vigente, bem como aos Objetivos Estratégicos Institucionais desta Organização Militar de Saúde.

Adicionalmente, a contratação incorpora critérios de sustentabilidade, conforme detalhado a seguir:

I – Dimensão econômica: planejamento adequado das quantidades a serem adquiridas, com vistas à otimização dos recursos públicos, evitando desperdícios e promovendo a economicidade;

II – Dimensão ambiental: adoção de especificações técnicas que favorecem o uso racional de insumos e a redução de impactos ambientais, bem como observância às normas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

III – Dimensão social: garantia da segurança do paciente, da qualidade dos materiais utilizados e da continuidade da assistência prestada;

IV – Dimensão cultural/institucional: fortalecimento das práticas de gestão sustentável e do alinhamento às diretrizes estratégicas da Organização.

Dessa forma, resta evidenciado que a presente contratação não apenas observa formalmente o PLS, mas também se encontra materialmente alinhada às suas diretrizes e aos objetivos estratégicos institucionais, contribuindo diretamente para o alcance dos resultados organizacionais.

Ressalta-se, por fim, que o presente Estudo Técnico Preliminar atende ao princípio do planejamento, previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demonstrando a compatibilidade da contratação com os instrumentos de governança e planejamento vigentes.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A presente contratação de materiais hospitalares tem por objetivo assegurar o adequado atendimento às demandas assistenciais dos usuários do Sistema de Saúde do Exército, garantindo a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

Os materiais a serem adquiridos são essenciais para o suporte diagnóstico e terapêutico dos pacientes, sendo sua indisponibilidade fator de risco à adequada prestação do cuidado em saúde, com potencial prejuízo à integridade dos usuários atendidos.

Sob a perspectiva da economicidade, a contratação foi estruturada de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante planejamento prévio, definição adequada de quantitativos e, quando cabível, adoção de estratégias que favoreçam ganhos de escala e redução de custos operacionais.

Adicionalmente, a solução proposta contribui para o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, na medida em que:

- (i) evita descontinuidade no atendimento e retrabalho das equipes de saúde;
- (ii) racionaliza o uso de insumos, prevenindo desperdícios e aquisições emergenciais, geralmente mais onerosas;
- (iii) otimiza a gestão de estoques e logística hospitalar; e
- (iv) permite maior eficiência na alocação de pessoal e na execução das atividades assistenciais.

Dessa forma, a contratação pretendida não apenas atende a uma necessidade essencial da Administração, mas também está alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, promovendo o uso racional dos recursos públicos e contribuindo para a melhoria dos serviços de saúde prestados.

.



## 13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, a Administração adotará as medidas necessárias para assegurar a adequada execução do objeto, de forma a garantir eficiência, economicidade e tempestividade na implementação da solução.

No que se refere à infraestrutura, serão realizadas, com recursos próprios (mão de obra e materiais), as adequações necessárias ao ambiente físico, incluindo a organização dos espaços, ajustes na infraestrutura elétrica e eventuais adequações tecnológicas e de rede, de modo a assegurar plena compatibilidade com os bens a serem adquiridos. Tais providências visam evitar descontinuidades, retrabalhos e atrasos no início da execução contratual.

Adicionalmente, a Administração promoverá a designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, em conformidade com a legislação vigente, assegurando que possuam as competências necessárias para o acompanhamento da execução contratual.

Caso necessário, serão adotadas medidas de capacitação dos servidores designados, com o objetivo de aprimorar a atuação na fiscalização técnica e administrativa do contrato, mitigando riscos e assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas.

Também serão providenciados, previamente, os instrumentos de controle e acompanhamento contratual, tais como rotinas de fiscalização, definição de indicadores de desempenho e mecanismos de registro das ocorrências, garantindo maior transparência, rastreabilidade e efetividade na gestão do contrato.

Dessa forma, as providências ora descritas contribuem para a adequada preparação da Administração, reduzindo riscos na fase de execução e assegurando que a contratação alcance os resultados pretendidos de forma eficiente e tempestiva.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação foi analisada sob a ótica dos possíveis impactos ambientais, considerando as especificidades da atividade hospitalar e as diretrizes estabelecidas no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (atualizado em outubro de 2025)**, cujas orientações foram integralmente observadas na definição dos requisitos da aquisição.

No contexto da gestão ambiental institucional, o Hospital Militar de Área de Manaus dispõe de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), atualizado anualmente, bem como de Comissão de Gestão Ambiental responsável pelo acompanhamento e fiscalização da correta execução das práticas ambientais adotadas.

Adicionalmente, a organização mantém contratos vigentes com empresas especializadas para a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), especialmente aqueles classificados nos grupos A, B e E, mitigando, assim, riscos de contaminação ambiental e à saúde pública.

No que se refere especificamente à presente contratação, foram considerados os seguintes potenciais impactos ambientais:

- geração de resíduos decorrentes do uso dos materiais hospitalares;
- descarte de embalagens;
- eventual utilização de substâncias com potencial impacto ao meio ambiente;
- consumo indireto de recursos naturais ao longo do ciclo de vida dos produtos.

Para mitigação desses impactos, a Administração adotará critérios de sustentabilidade alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, tais como:

### a) Critérios ambientais:

- preferência por produtos com embalagens recicláveis, reutilizáveis ou fabricadas com material reciclado;
- exigência de que os produtos não contenham substâncias nocivas ao meio ambiente, em especial aquelas que destroem a camada de ozônio, em conformidade com o Protocolo de Montreal, o Decreto nº 2.783/1998 e a Resolução CONAMA nº 267/2000;
- incentivo à adoção de práticas sustentáveis por parte dos fornecedores, incluindo logística reversa, quando aplicável;
- observância, sempre que possível, de critérios relacionados ao ciclo de vida do produto, priorizando soluções que reduzam a geração de resíduos e o impacto ambiental global.

### b) Critérios sociais e de responsabilidade:

- vedação à utilização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos e de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- incentivo à adoção de boas práticas trabalhistas e de responsabilidade socioambiental pelos fornecedores.

Dessa forma, conclui-se que a contratação observa as diretrizes de sustentabilidade vigentes, com a adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, contribuindo para o uso racional dos recursos e a redução de impactos ao meio ambiente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **viável, adequada e necessária**, sob os aspectos técnico, operacional, econômico e ambiental.

Do ponto de vista **técnico**, restou demonstrado que os materiais hospitalares a serem adquiridos são indispensáveis para a adequada prestação dos serviços de saúde, sendo essenciais ao suporte diagnóstico e terapêutico dos pacientes atendidos. A solução proposta atende integralmente às necessidades institucionais, não havendo alternativa mais eficiente capaz de suprir a demanda identificada.

Sob o aspecto **operacional**, verificou-se que a Administração possui condições de implementar e gerenciar a contratação, tendo sido previstas as providências prévias necessárias, incluindo adequações de infraestrutura, bem como a designação e eventual capacitação de servidores para a gestão e fiscalização contratual.

No que se refere ao **aspecto econômico**, a solução adotada observa o princípio da economicidade, com planejamento adequado da demanda, definição criteriosa de quantitativos e avaliação quanto ao parcelamento do objeto, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da competitividade do certame.

Quanto ao **aspecto ambiental**, a contratação está alinhada às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (atualizado em outubro de 2025), contemplando medidas mitigadoras de impactos ambientais, especialmente no que se refere à gestão de resíduos de serviços de saúde e à adoção de critérios sustentáveis na seleção dos fornecedores.

Adicionalmente, a modelagem da contratação considerou os riscos envolvidos, as estratégias de mitigação, bem como as melhores práticas de gestão contratual, evidenciando que a solução proposta é não apenas exequível, mas também a mais adequada para o atendimento do interesse público.

Diante do exposto, a equipe de planejamento manifesta-se **favoravelmente à contratação**, por entender que ela se apresenta como a alternativa mais vantajosa, eficiente e alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às orientações dos órgãos de controle, estando devidamente justificada à luz dos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIELLE CORDEIRO DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 08:55:23.

**ANDREW ALVES DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação

**JORLANA CATRINE CORREA FERREIRA**

Membro da comissão de contratação

**MARCELO DOS SANTOS STORCH**

Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus